

## **Escola no campo como precursora educacional: a historicidade da educação de Moreira Sales/PR**

Raquel Marina Lôbo Barreto<sup>1</sup>, Fred Maciel<sup>2</sup>, Fabiane Freire França<sup>3</sup>

### **Resumo**

No presente artigo, propomos discussões referentes à historicidade da educação escolar na zona rural de Moreira Sales/PR. Tal produção é recorte de uma dissertação de mestrado, concluída em 2023, e a análise dela foi pautada na investigação histórica do conceito de escolas localizadas na zona rural, na qual discutimos sobre as possíveis diferenciações terminológicas entre “rural” e “do campo”. Como metodologia, utilizamos a pesquisa bibliográfica, a partir de estudos envoltos à Educação do Campo e discussões das Políticas Públicas por meio de programas que estão relacionados à essa modalidade de ensino. Ressaltamos que uma escola localizada na zona rural é relevante para a a regionalidade, seja com perspectiva “rural” ou “do campo”, mesmo que a consciência de classe, luta e permanência no campo só seja trabalhada em escolas que aderem a uma Educação do Campo.

### **Palavras-chave**

Educação Rural. Educação do Campo. Ensino. Comunidade local.

---

<sup>1</sup> Mestra em Sociedade e Desenvolvimento pela Universidade Estadual do Paraná, Brasil. E-mail: pro.raquellobo@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, Brasil; professor na Universidade Estadual do Paraná, Brasil. E-mail: fred.maciell@ies.unespar.edu.br.

<sup>3</sup> Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá, Paraná, Brasil; professora na Universidade Estadual de Maringá, Paraná, Brasil. E-mail: fabiane.freire@ies.unespar.edu.br.

## **School in the countryside as an educational precursor: the historicity of education in Moreira Sales/PR**

Raquel Marina Lôbo Barreto<sup>4</sup>, Fred Maciel<sup>5</sup>, Fabiane Freire França<sup>6</sup>

### **Abstract**

In this article, we propose discussions regarding the historicity of formal education in the rural area of Moreira Sales/PR. This production is an excerpt from a master's thesis completed in 2023, and its analysis was based on the historical investigation of the concept of schools located in the countryside, where we discuss the possible terminological differentiations between “rural” and “from the countryside.” As a methodology, we used bibliographic research, drawing from studies related to rural education and discussions of public policies through programs associated with this teaching mode. We emphasize that a school situated in a rural area is significant for its regional context, whether with a “rural” or “from the countryside” perspective, even if class consciousness, struggle, and permanence in the countryside are only addressed in schools that adhere to a Countryside Education framework.

### **Keywords**

Rural Education. Countryside Education. Teaching. Local community.

---

<sup>4</sup> Master degree in Society and Development at the State University of Paraná, State of Paraná, Brazil. E-mail: pro.raquelobo@gmail.com.

<sup>5</sup> PhD in History from Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, State of São Paulo, Brazil; professor at the State University of Paraná, State of Paraná, Brazil. E-mail: fred.maciell@ies.unespar.edu.br.

<sup>6</sup> PhD in Education from the State University of Maringá, State of Paraná, Brazil; professor at the State University of Maringá, State of Paraná, Brazil. E-mail: fabiane.freire@ies.unespar.edu.br.

## Introdução

Um município que possui origens enraizadas no trabalho com a terra pode determinar o processo socioeconômico no campo e, por consequência, as próprias relações socioeducacionais também estariam envoltas à essa realidade. Isso porque o processo educativo acompanha o movimento social e pode, até mesmo, se estabelecer para garanti-lo e fortalecê-lo.

A escola, nesse sentido, possui um papel que vai para além da sala de aula, no momento em que influencia movimentos sociais e sustenta ideologias estabelecidas. Esse vínculo também se estabelece em instituições localizadas na zona rural, pelo fato de as relações socioculturais serem mais aprofundadas ao considerar as amplas especificidades sobre a realidade dos estudantes. Assim ocorreu no município de Moreira Sales/PR, a escola corroborou para o desenvolvimento socioeconômico e a história da formação local está intimamente relacionada à formação de uma escola localizada na zona rural.

É possível perceber que a história de uma instituição não está somente ligada ao processo educativo, mas a tudo aquilo que ali permeia. Toda a comunidade ao seu redor se transforma e também provoca mudanças no meio escolar. Uma escola se constitui pela comunidade escolar e, de forma simultânea, promove o desenvolvimento desse meio em um processo de relações mútuas. Além disso, faz-se necessário considerar o momento histórico no qual a sociedade como um todo está estabelecida.

Cabe destacar que, como forma de terminologia, quando utilizamos o conceito “no campo” nos referimos ao contexto de localidade como a amplitude pela qual pode se estabelecer, a partir de dinâmicas sociais, como as pessoas vivem e interagem nesse espaço. Reputamos, também, o termo “do campo” como uma perspectiva de educação que perpassa os parâmetros educacionais e dialoga com questões políticas e consciência de classe. Essa perspectiva educacional é, de forma frequente, associada a movimentos e práticas que buscam valorizar e incorporar as experiências vividas pelas pessoas desse meio dentro do sistema educacional.

Por outro lado, o termo “rural” se refere a aspectos, atividades e ambientes ligados ao campo ou áreas fora dos centros urbanos. É uma definição mais abrangente e pode englobar diversos elementos relacionados ao modo de vida ou às características do ambiente, até mesmo caracterizar uma educação que é voltada para o povo que vive na zona rural.

Quando utilizamos a expressão “zona rural”, compreendemos que ela está restritamente relacionada à localização geográfica, designa áreas fora dos centros urbanos,

caracterizadas por uma menor densidade populacional e um uso predominante da terra para atividades como a agricultura e a pecuária. Já o termo “zona urbana” refere-se a aspectos relacionados às áreas de cidades, sejam pequenos ou grandes centros. Ele descreve características e condições associadas ao ambiente construído em área povoada, com concentração de construções e infraestruturas.

Por fim, o termo “município” refere-se a uma unidade administrativa e territorial que possui autonomia para administrar suas próprias questões locais dentro de um país. Esse território pode possuir áreas rurais ou urbanas. Ou seja, dentro no município se encontra a “zona rural” e a “zona urbana”.

O município de Moreira Sales/PR, em seus primórdios, se estabelecia perante a localidade rural. Mais da metade de sua população possuía moradia fixa na zona rural e, por consequência, trabalhava com a terra. Atualmente, essa realidade se inverteu e possui uma grande maioria populacional localizada na zona urbana, e isso reflete diretamente no processo educativo. Tal discussão será destacada ao longo do artigo, que é um recorte de uma pesquisa de mestrado.

### **Procedimentos metodológicos**

A presente investigação adotou como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica, com o intuito de discutir questões pedagógicas, econômicas e socioculturais envolvidas ao histórico da educação em Moreira Sales e, principalmente, à última escola rural municipal da localidade, além de refletir sobre as instâncias de vivências e formação cidadã da comunidade escolar no bairro no qual se localiza esta instituição. De acordo com Andrade (2010, p. 25):

A pesquisa bibliográfica é habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente, a pesquisa bibliográfica preliminar. Seminários, painéis, debates, resumos críticos, monográficas não dispensam a pesquisa bibliográfica. Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões. Portanto, se é verdade que nem todos os alunos realizarão pesquisas de laboratório ou de campo, não é menos verdadeiro que todos, sem exceção, para elaborar os diversos trabalhos solicitados, deverão empreender pesquisas bibliográficas.

A pesquisa bibliográfica não é apenas uma etapa preliminar, mas um componente contínuo e obrigatório em diversos tipos de trabalhos acadêmicos. Portanto, a competência em realizar uma pesquisa bibliográfica eficiente não é apenas fundamental, mas universal no contexto acadêmico, garantindo a qualidade e a profundidade das investigações realizadas pelos estudantes. Essa abordagem permite uma compreensão profunda e fundamentada do assunto, além de identificar lacunas e direcionar novas perspectivas de investigação. A revisão das obras e artigos consultados proporciona uma base sólida, contribuindo significativamente para o desenvolvimento do conhecimento na área estudada.

Por fim, para além de entender o teórico, é preciso compreender a historicidade do objeto em análise. E, para isso, serão descritas nas subseções a seguir reflexões sobre a cidade e a educação de Moreira Sales/PR.

### **Moreira Sales/PR: “Cidade menina”**

Cidade menina, de tão pouca idade  
Que surge no mapa deste Paraná  
É mais uma estrela, mais uma cidade  
Que um grande futuro por certo terá.  
(Rezende, s. d.)

O trecho acima faz parte do hino que celebra a cidade como promissora e de grande futuro, refletindo o desenvolvimento que ocorreu desde sua criação. Moreira Sales, localizada no noroeste do Paraná, é uma cidade jovem com apenas 63 anos de emancipação, conforme descrito no hino municipal. Fundada oficialmente em 1960 pela Lei nº 4.245, a cidade foi desmembrada de Goioerê e se estabeleceu como um município com uma área de 353,772km<sup>2</sup> e uma população estimada de 11.175 habitantes.

O município tem suas origens na década de 1940, quando João Theotônio Moreira Salles, um banqueiro e cafeicultor, adquiriu vastas terras com a intenção de desenvolver a cafeicultura. Nos anos 1950, bandeirantes e pioneiros como Eurydes Romano e Joaquim Caetano de Lima exploraram a região e confirmaram o potencial das terras para cultivo, o que impulsionou a expansão territorial e econômica da área.

A economia de Moreira Sales é predominantemente agrícola, com destaque para a pecuária, incluindo criação de gado de leite e corte, e a agricultura, especialmente o cultivo de soja e milho. A cidade tem uma população que também se envolve em atividades relacionadas a abatedouros da região e comércio local, com o apoio da prefeitura para facilitar o ingresso no mercado de trabalho.

Dentre os bairros do município, destacamos a Vila Gianello, bairro rural fundado em 1958 por Antônio Gianello e Agostinho Portello, um exemplo significativo do desenvolvimento local. O bairro começou com a lotação de terras para a agricultura e rapidamente se tornou um centro de serviços comunitários, incluindo farmácia e mercado. Um dos principais legados da Vila Gianello é a Escola Rural Municipal Agostinho Portello, que continua a desempenhar um papel vital na educação local.

A economia da Vila Gianello também está voltada para a agricultura e pecuária. No entanto, a migração de jovens em busca de oportunidades urbanas tem sido uma tendência crescente, o que afeta a mão de obra disponível na área rural. Muitos moradores, conhecidos como “boias-frias”, trabalham temporariamente na agricultura, mas há uma crescente preferência por oportunidades fora do campo. Nesse bairro, encontramos a última escola rural municipal de Moreira Sales/PR, no qual gerou a iniciativa da efetivação da pesquisa.

No próximo tópico, entenderemos melhor o papel do processo educacional perante toda a historicidade do município, em especial na área rural, posto que possui o objetivo de refletir o papel das escolas no campo e a cessação das mesmas em âmbito municipal e nacional.

### **Uma educação com raízes no campo: histórico sobre a educação no município de Moreira Sales/PR e reflexões sobre a realidade nacional**

Uma cidade cujas raízes estão profundamente ligadas ao trabalho com a terra pode influenciar significativamente o processo socioeconômico rural e, conseqüentemente, impactar as relações socioeducacionais inseridas nesse contexto. Isso ocorre porque o processo educacional reflete o movimento social e pode até ser configurado para sustentá-lo e fortalecê-lo. Nesse cenário, a escola assume um papel que transcende a sala de aula ao influenciar movimentos sociais e apoiar ideologias estabelecidas.

Esse vínculo é particularmente evidente em instituições situadas em áreas rurais, onde as relações socioculturais são mais intensas, levando em conta as especificidades da realidade dos estudantes. Um exemplo disso é a cidade de Moreira Sales, no Paraná, onde a escola contribuiu para o desenvolvimento socioeconômico, sendo a história da formação da cidade profundamente conectada à criação de uma escola localizada na zona rural. Uma escola é moldada pela comunidade escolar ao mesmo tempo em que promove o desenvolvimento desse meio em um processo de interação mútua, considerando também o contexto histórico em que a sociedade está inserida.

A história da educação de Moreira Sales/PR está relacionada à ocupação e expansão territorial do município, sendo esta pelo campo. A primeira escola de Moreira Sales/PR localizava-se na zona rural, isso ocorreu devido à origem do município estar vinculada ao trabalho com a terra e, por consequência, à grande demanda de crianças que residiam nesse meio. Com isso, surgiu a necessidade de alfabetizar filhos de trabalhadores rurais, de acordo com a demanda estabelecida com o crescimento da produção da cafeicultura.

Essa instituição possuía uma Educação Rural, ou seja, permitia um processo de ensino-aprendizagem a partir dos mesmos princípios usados nas áreas urbanas. Contudo, isso significa que, apesar de os professores adotarem metodologias adaptadas na prática, os componentes curriculares e os eixos temáticos geralmente não refletem a realidade rural. Além disso, esse modelo educacional frequentemente não aborda as lutas e as questões específicas da classe camponesa, nem promove a resistência e a permanência no campo.

Apesar dessas limitações, é importante destacar que a Educação Rural é relevante pois reconhece e valoriza a comunidade e facilita a experiência escolar. Em alguns casos, a comunidade rural pode não ter características que fomentem a luta camponesa, possivelmente devido à falta de conhecimento, tornando a Educação Rural mais relevante para esses contextos. Isso ocorreu em Moreira Sales, em que a escola é vista como local de aprendizagem de conceitos formais da educação e não de formação de luta de classe, visando a permanência do indivíduo na zona rural para propagação do trabalho e não da resistência no campo.

Por outro lado, a Educação do Campo é projetada com um enfoque crítico, visando desenvolver a consciência de classe e está profundamente conectada à resistência das comunidades rurais. Este modelo educacional leva em conta as questões socioculturais e incentiva a permanência e resistência no campo, refletindo a realidade vivida pelos habitantes locais. Assim, seu planejamento, materiais didáticos, formação de professores e Projeto Político Pedagógico são adaptados para proporcionar um ensino que é diferenciado e especializado, adequado às necessidades do contexto rural.

Fato definido por Costa e Cabral (2016, p. 182):

A Educação Rural se constitui em um mecanismo de subordinação e de alienação, bem como de propagação desse poder, enquanto na Educação do Campo, a referência está no protagonismo dos camponeses, na conscientização do ser humano e na sua formação como um todo, rompendo com as ideologias dominantes.

De um lado há uma Educação Rural que propaga a ideologia dominante e do outro a Educação do Campo que está instituída a partir da luta do trabalhador rural em prol de todas as especificidades dela, que se aplica no meio social e se estende à educação. Se pensarmos nas perspectivas socioculturais que regem as dependências do povo no campo, a Educação do Campo é mais significativa, pois propõe um processo educacional específico para as localidades rurais. Utópico seria se todas as comunidades no campo possuíssem a consciência de classe e reconhecessem a necessidade de permanência e resistência no campo, no qual a educação seria um processo de reafirmação disso, e assim se estabelecesse essa educação problematizadora.

Em Moreira Sales/PR, a construção da instituição escolar contribuiu para a valorização das moradias nas fazendas e para o aumento da oferta de mão de obra na região. Se há lugar para o filho estudar, os trabalhadores rurais acabam preferindo esses locais para morar e trabalhar. A educação pode movimentar um povo, a escola se torna um atrativo positivo, que além de todos os benefícios citados, promovem o desenvolvimento intelectual de futuros atores sociais e trabalhadores. É possível que os patrões também percebam essa relevância da instituição, utilizando isso a favor da produtividade e lucros da fazenda.

A primeira escola foi fundada em 1957, sendo denominada Escola Rural Santo Antônio e localizava-se na sede da fazenda Moreira Sales. Como docente, havia a senhora Aparecida Garcia Lopes, a “Tia Quita”, que além de professora fazia o papel de gestão e serviços gerais. Essa era uma situação comum para escolas da zona rural em tempos passados, no qual a docente deveria se preocupar com todas as instâncias envolvidas no processo educativo; a professora é, ao mesmo tempo, coordenadora, secretária, cozinheira e tudo o que o estudante precisar. Isso se devia à falta de investimento educacional e à tentativa de diminuir gastos com mão de obra.

Não há documentos que detalhem os aspectos pedagógicos dessa primeira instituição. No entanto, considerando que era uma escola multisseriada, característica comum em áreas rurais, que tinham por objetivo específico a alfabetização, além de levar em conta o contexto educacional da época, podemos inferir que o processo educativo estava focado no letramento e no desenvolvimento do raciocínio matemático. Essa abordagem tradicional visava atender às necessidades de formação de mão de obra.

Ao longo da história educacional do município, foram criadas várias escolas nos bairros rurais. Essas escolas eram, em sua maioria, multisseriadas e destinadas às crianças que viviam nessas áreas. A maioria da população residia na zona rural, trabalhando com a terra, tornando as escolas rurais essenciais para atender os filhos desses trabalhadores.



ultisseriadas e destinadas às crianças que viviam nessas áreas. A maioria da população residia na zona rural, trabalhando com a terra, tornando as escolas rurais essenciais para atender os filhos desses trabalhadores.

O município de Moreira Sales/PR possuiu 37 escolas nos bairros rurais e hoje somente uma delas está ativa, por motivos que variam entre a falta de recursos e a baixa demanda de alunos, por exemplo. No Quadro 1, a seguir, organizamos e indicamos as instituições, o ano de fechamento e o bairro de localização:

**Quadro 1 – Escolas em bairros rurais em Moreira Sales/PR**

<b>Nº</b>	<b>Nome da Escola</b>	<b>Ano de fechamento</b>	<b>Bairro</b>
1	Escola Rural Municipal Agostinho Portello	Ativa	Vila Gianello
2	Escola Rural Municipal Jamaica	2002	Jamaica
3	Escola Rural Municipal Quarta Medição	2002	Quarta Medição
4	Escola Rural Municipal Água do Timburi	1999	Água do Timburi
5	Escola Rural Municipal Benthein	1999	Tropical
6	Escola Rural Municipal Rami	1999	Fazenda Rami
7	Escola Rural Municipal Santo Antônio	1999	Fazenda Santo Antônio
8	Escola Rural Municipal Torres	1999	Dezessete
9	Escola Rural Municipal Barra Bonita	1998	Barra Bonita
10	Escola Rural Municipal Cinquenta Alqueires	1998	Cinquenta Alqueires
11	Escola Rural Municipal Santa Barbara	1998	Gleba 10
12	Escola Rural Municipal Coringa	1997	Jamaica
13	Escola Rural Municipal Gregório	1997	Ponto Cinco
14	Escola Rural Municipal Nossa Senhora Aparecida	1997	Três Pontes
15	Escola Rural Municipal Primavera	1997	Primavera
16	Escola Rural Municipal Sagrada Família	1997	Sagrada Família
17	Escola Rural Municipal Água do Barulho	1996	Água do Barulho
18	Escola Rural Municipal Água do Guabijú	1996	Água do Gabijú
19	Escola Rural Municipal Catarinense	1996	Catarinos

20	Escola Rural Municipal São João	1996	Bairro São José
21	Escola Rural Municipal Nossa Senhora do Desterro	1995	Água Grande
22	Escola Rural Municipal Ouro Branco	1995	Fazenda Ouro Branco
23	Escola Rural Municipal César Latter	1994	Fazenda Morenos
24	Escola Rural Municipal Dois Irmãos	1994	Oitenta
25	Escola Rural Municipal Ouro Verde	1994	Fazenda Marques
26	Escola Rural Municipal Taquari	1993	Bairro Botton
27	Escola Rural Municipal Bandeirantes	1991	Água Grande
28	Escola Rural Municipal Marrecos	1989	Prachelli
29	Escola Rural Municipal Água Grande	1987	Água Grande
30	Escola Rural Municipal Basílio Antunes de Souza	1987	Água do Barulho
31	Escola Rural Municipal Santa Maria	1985	Trinta e Um
32	Escola Rural Municipal São Pedro	1983	Trinta e Quatro
33	Escola Rural Municipal Alípio Martins de Paula	1981	Fazenda Favoreto
34	Escola Rural Municipal Betel	1981	Água do Inhambu
35	Escola Rural Municipal Eurides Romano	1980	Flor do Sertão
36	Escola Rural Municipal Nova União	1980	Fazenda Marques
37	Escola Rural Municipal Keiko Watanave	1977	Fazenda Paulo Kato

Fonte: Elaboração dos autores (2023).

Havia uma grande oferta de educação na zona rural, com praticamente uma escola em cada comunidade do município. Essas escolas facilitavam o acesso à educação para aqueles que moram em zonas rurais. Com escolas próximas aos locais de moradia, a alfabetização se tornava algo mais fácil e viável. Com base nessa afirmação, podemos considerar que as escolas na zona rural atuam como importante suporte social e uma maneira de inserir a educação na vida das crianças dessa região. Isso porque, nesse período, nem todas as crianças conseguiriam frequentar uma escola em áreas urbanas, seja por falta de locomoção ou até mesmo pela falta de conhecimento por parte dos pais. A escola localizada na zona rural foi, é, e sempre será uma grande ferramenta de formação e inserção social.

Com os dados do quadro acima, é possível observar que o fechamento das instituições se iniciou sistematicamente nos anos de 1980, tendo um aumento expressivo na década de

1990. É possível levantar discussões por diversos ângulos sobre possibilidades e motivos que levaram a esses fechamentos de instituições. Mas, aqui, levantaremos o movimento de nucleação das escolas, optando pelo fechamento das mesmas por pouca demanda de alunos e o objetivo de levar crianças para estudar em escolas na zona urbana, com alegadas razões de otimização organizacional e pedagógica.

De acordo com o Parecer CNE/CEB nº 23/2007, de 12 de setembro de 2007, esse processo se deu por motivos como “baixa densidade populacional determinando a sala multisseriada e a unidocência; facilitação da coordenação pedagógica; racionalização da gestão e dos serviços escolares e melhoria da qualidade da aprendizagem” (Brasil, 2007, p. 6).

Esse movimento de desativação das escolas no Campo, com o remanejamento e concentração dos estudantes em uma única escola, que em geral é no meio urbano, é chamado de nucleação escolar, ou criação de escola-polo. Tal fenômeno se efetivaria em um alegado esforço de concentração e coordenação pedagógica e de racionalização da gestão (Rodrigues *et al.*, 2017).

A nucleação escolar é um movimento que visa melhorar a eficiência e a qualidade da educação ao concentrar recursos e alunos em escolas maiores e mais bem equipadas. No entanto, essa prática também levanta questões sobre a perda de acesso à educação local, a perda sociocultural e a desigualdade no acesso à educação. É importante equilibrar as necessidades administrativas e pedagógicas com o impacto nas comunidades rurais, garantindo que as soluções adotadas não comprometam a inclusão e o desenvolvimento integral dos alunos. É possível dizer que a escola na zona rural pode ser a única porta de acesso a conhecimentos científicos que estão relacionados com a vivência no campo, de modo que fechá-las pode ser um grande retrocesso e perda sociocultural. Se considerarmos os aspectos socioeconômicos, infelizmente, cessação pode ser algo inevitável e até mesmo mais viável.

Ademais, perante essa realidade, surgiram propostas governamentais que viabilizaram o transporte escolar, com o intuito de fechar as instituições multisseriadas e, conseqüentemente, diminuir os gastos com educação. Nesse viés:

O transporte escolar, nesse período, ampliou a oportunidade de educação escolar às populações do meio rural, tendo em vista que no campo há uma distribuição populacional geográfica dispersa e não aglomerada, no qual uma casa fica bem distante da outra, onde forma pequenas comunidades. Sendo assim, o transporte escolar deve ser uma assistência educacional que melhore as condições de deslocamento dos estudantes, viabilizado pelo deslocamento intracampo. Todavia, muitos dos governantes municipais ao longo do tempo,

constantemente, viabilizam o transporte escolar no campo com o objetivo de diminuir custos com a manutenção de escolas nas comunidades rurais, assim utiliza o transporte escolar para o deslocamento em grandes percursos entre comunidades que geograficamente e culturalmente são díspares, e para agravar situação há predominantemente o deslocamento campo/cidade, distanciando as crianças, jovens e adultos de sua cultura e do seu modo de viver no e do campo (Santos; Garcia, 2020, p. 271-272).

Por esse ângulo, as políticas públicas de implementação de transporte escolar possuiriam um intuito de diminuição de gastos referente às instituições rurais, visto que seria mais cômodo transportar as crianças até uma instituição urbana, que está com os aportes pedagógicos vigentes, do que desenvolver uma educação do e no campo, com necessários investimentos e que não proporcionaria lucros. Porém, é necessário se pensar que uma escola perto de sua residência, que considera as especificidades de ensino da criança, é um direito e, considerando as conjunturas atuais, se torna um privilégio.

Essa política pública voltada ao transporte é denominada Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) e foi criada pela Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, na qual garante locomoção de estudantes que residem na zona rural até escolas da zona urbana, a partir de verbas destinadas à manutenção dos transportes e pagamento dos motoristas (Ferreira; Brandão, 2017). É uma iniciativa para assegurar o acesso à educação para estudantes em áreas rurais e de difícil acesso. Por meio do financiamento para transporte escolar, o PNATE propõe ajudar a reduzir a evasão escolar, melhorar a qualidade da educação e promover a equidade no acesso ao ensino. No entanto, o programa enfrenta desafios que precisam ser abordados para garantir que todos os alunos se beneficiem plenamente dos seus objetivos. Além disso, embora isso seja essencial para garantir o acesso à educação, a disponibilidade de transporte eficiente pode facilitar a concentração de alunos em escolas maiores, localizadas em áreas urbanas ou centrais. E, por consequência, levar à redução da demanda por escolas rurais e, eventualmente, ao seu fechamento.

Com isso, seria possível refletir que esse programa governamental facilita o fechamento de instituições localizadas na zona rural com base no remanejamento dos estudantes até escolas urbanas. À vista disso:

os poderes públicos, principalmente os municipais, são movidos pela ideia de que a manutenção do ensino no campo é economicamente insustentável para os cofres públicos, agrupando os alunos nas cidades, penalizando-os pelo transporte escolar, reduzindo o número de professores e servidores ligados às atividades de ensino, achatando salários, precarizando o ensino e prejudicando os alunos, pois as consequências do cansaço das viagens podem abranger doenças físicopsíquicas, além de dificuldades para os

professores na organização do planejamento de suas aulas (Ferreira; Brandão, 2017, p. 82).

Assim, podemos inferir que o discurso sobre a qualidade do transporte como melhoria e vantagem na locomoção dos alunos pode ocultar interesses hegemônicos voltados para a redução de gastos com a educação na zona rural. Embora o acesso à escola por meio de transporte público e de qualidade seja um direito, não se deve esquecer que também há o direito de frequentar uma escola mais próxima de sua casa e que considere todas as especificidades socioculturais do ambiente no qual o estudante está inserido. Por isso, a manutenção da escola na zona rural sempre será mais importante que a garantia de transporte desses alunos para as escolas na zona urbana. Porém, na prática, pode ocorrer uma inversão de valores, como descrito a seguir:

Aos habitantes do campo, suprimem-se as demandas como transportes coletivos, ignorando até mesmo as regras de segurança para a manutenção da integridade física dos estudantes que dispõem de condições para submeter-se aos trajetos e horários de viagens diárias para frequentar escolas urbanas (Silva; Cecílio; Hirose, 2009, p. 205).

A reflexão proposta não seria envolta à validação de políticas relacionadas ao transporte escolar, mas à possível implementação do programa com o intuito de diminuição de gastos com a educação na zona rural e não para auxiliar com a locomoção. É claro que na prática de remanejamento de verbas é preciso considerar várias instâncias de validade de funcionamento, como demanda de alunos, infraestrutura e verbas que, muitas vezes, não vêm destinadas para esse público.

Contudo, é preciso frisar que as políticas públicas deveriam trazer melhorias para a população e não meramente uma diminuição de gastos. Políticas públicas para transporte escolar são necessárias, porém, para que o estudante tenha acesso digno à educação de forma segura e confortável e não com teor meramente mercadológico. Afirmamos que o PNATE não é o principal motivo do fechamento de instituições rurais, mas, como política pública, se tornou um aporte a mais para a efetivação das cessações.

Para além disso, com amparo da Lei nº 12.960, de 27 de março de 2014, sancionada pela então Presidente Dilma Rousseff, que alterou o Art. 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996. Com o acréscimo do parágrafo único, é determinado que, para o fechamento das escolas no Campo, é preciso ter o consentimento da comunidade local

e de órgãos normativos, perante um diagnóstico da instituição por um todo (Santos; Garcia, 2020, p. 296).

A Lei nº 12.960/2014 estabelece uma estrutura importante para o fechamento de escolas rurais, enfatizando a necessidade de consentimento comunitário, avaliação normativa e diagnóstico detalhado da instituição. Enquanto a lei busca assegurar que o processo de desativação seja conduzido de maneira transparente e considerando as necessidades locais, a aplicação prática deve equilibrar as demandas educacionais com os desafios econômicos e logísticos. Garantir uma abordagem cuidadosa e inclusiva é crucial para preservar a qualidade da educação e o impacto positivo das escolas nas comunidades rurais.

Como discutimos, em Moreira Sales/PR, efetivou-se a cessação de 36 escolas, locomovendo os alunos até a zona urbana, no processo de nucleação. Em âmbito nacional, no mesmo período de 1996 a 2002, também houve um aumento expressivo no fechamento das instituições escolares na zona rural, com 17.947 instituições tendo atividades encerradas (Ferreira; Brandão, 2017, p. 79). Em dados mais atuais, segundo o MST (2011), mais de 24 mil escolas do campo foram fechadas entre 2002 e 2010. Ainda, nessa perspectiva:

A falta de investimento das prefeituras locais é apontada como um dos grandes motivos para o fechamento das escolas no campo. As prefeituras, por sua vez, alegam que o número de alunos matriculados não é o suficiente para manter novas unidades educacionais. Porém, o fechamento dessas escolas atingiu cerca de 83 mil alunos em todo o país (MST, 2011, p. 1).

Historicamente, a educação no Campo não é destaque nos planos governamentais, pois se refere a um ensino que não produzirá lucros, sendo considerada, por muitos governantes, como gasto. Ainda que o fechamento das instituições seja algo viável ao considerar as questões demográficas, não podemos desconsiderar que não há uma preocupação em garantir essas instituições. Preocupações essas que não se limitam a Moreira Sales/PR, estão implantadas nas não formulações de políticas nacionais que garantam e subsidiam essas escolas, bem como a própria permanência do indivíduo no campo.

Voltando para a realidade de Moreira Sales/PR, é preciso entender que o processo de descolamento do sujeito da zona rural para a zona urbana é um problema enfrentado historicamente em municípios de todo o país. A população de Moreira Sales/PR vem diminuindo gradativamente perante os anos e um dos motivos percebidos que levaria a isso seriam os problemas enfrentados com a falta de demanda de empregos que amparassem à população mais jovem. Dados recentes do IBGE (2022) indicam uma população de 11.175

habitantes no município, o que representa uma diminuição de 11,35% em comparação com o Censo de 2010. Vejamos a Tabela 1 com comparações dos anos anteriores a estes:

**Tabela 1** – População residente estimada de Moreira Sales

Município - Moreira Sales (PR)																		
Ano																		
2001	2002	2003	2004	2005	2006	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
13.733	13.417	13.051	11.543	11.134	10.728	13.263	13.238	12.546	12.487	12.800	12.754	12.709	12.664	12.621	12.201	12.121	12.042	11.966

Fonte: IBGE, 2022.

O quantitativo populacional de Moreira Sales/PR possui uma diminuição significativa ao considerarmos os números de 1970, no auge do seu crescimento, até o ano de 2021, estendendo a 2022 como destacado na Tabela 1. Os números gerais diminuiriam em mais da metade e isso se deve a fatores que estão relacionados desde às taxas de natalidade e mortalidade, passando por problemas socioeconômicos envolvidos à falta de empregos e crescimento profissional. Os números são ainda maiores quando se trata da zona rural, em um nítido movimento de êxodo rural. Outrora, a população se fixava, em sua maioria, nas áreas rurais, com trabalhos que envolviam a terra, e agora a população diminuiu e se concentra mais nas cidades à procura de outros meios de garantir a subsistência. Como demonstrado na Tabela 2:

**Tabela 2** – Evolução da população do município de Moreira Sales/PR

POPULAÇÃO	1960	1970	1980	1991	2000	2005
Urbana		5.008	7.517	10.236	9.383	7.804
Rural		18.999	11.422	6.768	4.012	3.331
TOTAL	8.121	24.007	18.939	17.004	13.395	11.135

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2022.

Ressaltamos que a Tabela 2 nos propicia uma ótica da emancipação até 2005, assim sendo, não há uma sistematização dos dados mais atuais. Contudo, se seguirmos esse parâmetro, dando continuidade às percepções já vigentes nos anos descritos na tabela acima, a estimativa atual é de que cerca de 78% da população esteja residindo em áreas urbanas. Por conseguinte, é possível perceber a crescente diminuição de moradores da zona rural e o aumento da população urbana, porém não com igual intensidade. No contexto geral, o número de moradores está caindo gradativamente perante os anos, com uma extremidade maior na população que antes residia na zona rural.

Nessa perspectiva, nota-se o movimento populacional do município de Moreira Sales/PR. Um município que possui origens rurais, com meios de trabalho envoltos à cafeicultura e que possuía uma predominância na população no campo. Com os anos, essas formas de trabalho foram perdendo impactos diretos e contundentes, fazendo com que a população se concentrasse mais nas cidades ou mudasse de município.

Tal processo gerou consequências para várias áreas na sociedade, inclusive na educação, evidenciado com o fechamento de instituições (tal como demonstrado na Tabela1), no mesmo período de decadência extrema da população rural no município. A diminuição de densidade demográfica em regiões rurais é o principal fator de fechamento das instituições, porque ter acesso à instituição escolar mais próxima de sua residência e que considere seus aspectos culturais é um direito de todo estudante, mas nem sempre possível e materializado.

Frente às análises de dados que possivelmente possibilitaram a cessação das instituições, destacamos aqui a permanência da última escola rural municipal de Moreira Sales/PR, a escola Agostinho Portello. Nela, houve a solicitação de fechamento, mas isso não ocorreu por influência pública e pelo fato de estar estabelecida em uma comunidade com uma proporção populacional significativa. Reafirmamos a relevância dessa instituição para a comunidade como valorização e facilidade de acesso à educação.

É preciso uma concepção ampla quando refletimos sobre esse processo, visto que a escola deve acompanhar o movimento da sociedade, estando ela para servir a população e, por consequência, tudo o que afeta a população, seja nos planos socioeconômico, sociocultural ou demográfico, estará consideravelmente presente no ambiente escolar. Mesmo que seja ofertada para poucos alunos, não se deve desconsiderar a relevância que uma instituição escolar possui no ambiente rural. A escola, por si só, já pode se garantir como centro de sociabilização, visibilidade e acesso à cultura e educação, visto que, na zona rural, isso se expande ao considerarmos as perspectivas de pertencimento e localidade. Fato comprovado diante de todas as relações estabelecidas no bairro Vila Gianelo.

As relações que ocorrem no entorno da instituição, sejam elas familiares ou com aporte sociocultural ou econômico, podem determinar a vida dos indivíduos que ali residem. Por isso, a instituição escolar possui importância na vida do indivíduo, uma vez que ela movimenta o ambiente no qual está instalada e viabiliza socializações e valorização de todos da comunidade local. Portanto, se a escola está localizada no âmbito onde reside, essas relações possuem mais significado, por poder relacionar melhor o aprendizado em sala de aula com as práticas educacionais. À vista disso:



os sujeitos tornam-se educados quando aquilo que foi aprendido na escola se reverte em conhecimentos para o fortalecimento da sociedade com a qual convivem, por isso, a função social do educar-se na escola implica abrir-se para o mundo, para aventurar-se a aprender, buscar, conhecer e a compreender o que se expõe diante da realidade inserida (Alves; Zanotto, 2019, p. 141).

Toda educação se efetiva no momento em que o estudante consegue relacioná-la com o meio onde vive, pondo em prática o que se aprendeu na instituição escolar. A metodologia na escola deve ser proposta a partir de caminhos que sejam significativos para os alunos. Após esse processo, a aprendizagem somente poderá se efetivar no momento em que se institui nas vivências do estudante.

A educação pode ser o ponto de transformação social, mas para isso a instituição deve possibilitar ferramentas para acolher os estudantes e a comunidade em formas de relações que respeitem todos os aspectos culturais e socioeconômicos do seu seio social. As questões socioafetivas que se estabelecem diante dessas questões são de total relevância para tornar o processo de ensino-aprendizagem significativo.

Ademais, as instituições próximas à residência alcançam a comunidade local e escolar na qual a criança está inserida no dia a dia e isso promove grandes vantagens para os aspectos socioculturais que estão de acordo com a realidade, considerando igualmente os aspectos específicos dos indivíduos que a permeiam. Seja localizada na zona rural ou urbana, uma escola próxima à residência do estudante garante uma maior aplicação da realidade no processo educacional e, por consequência, valoriza e possibilita um processo educacional mais significativo e coerente.

Vale destacar que cada comunidade possui suas características específicas, algumas propõem e exigem questões de lutas de classes, pertencimento e permanência no campo. Por outro lado, outras apenas preveem uma escola localizada mais próxima da residência, ampliando a valorização do bairro, bem como a facilidade e comodidade. Ambas as perspectivas validam a instituição, pois o necessário é a educação estar de acordo com o processo sociocultural e educacional da comunidade que atende, por isso a grandiosidade em ter uma escola no bairro em que a criança reside.

### **Considerações finais**

Diante do exposto, percebemos que a história educacional de Moreira Sales/PR está intimamente ligada à localidade rural e ao trabalho no campo. Embora a primeira escola tenha

sido construída a partir da necessidade de garantir mão de obra, não podemos destacar a vantagem pedagógica que o ato propiciou para as crianças que ali residiam, bem como para os responsáveis que exerciam as atividades trabalhistas. O funcionamento de uma instituição escolar garante melhorias para todos da comunidade na qual está inserida.

Além disso, frisamos a existência de 37 escolas localizadas na zona rural do município, no qual, hoje, somente uma está em funcionamento. A partir disso, podemos discutir sobre a cessação das instituições rurais em âmbito municipal e nacional, destacando políticas públicas, e até a inexistência destas medidas, que garantem e podem propiciar o fechamento das instituições. É importante esclarecer que nossa crítica não se refere à inviabilidade do programa PNAT, mas à sua utilização como justificativa para o fechamento das instituições.

Por fim, destacamos outro motivo considerável que leva ao fechamento das instituições em zona rural: a baixa demanda de alunos, levados pela migração dos moradores até a zona urbana. Em Moreira Sales/PR, a população como um todo diminuiu, mas essa análise quantitativa se revela mais significativa quando revemos os números voltados à localidade rural. Logo, fica claro que uma mínima demanda de alunos torna inválida a existência de uma escola em cada comunidade rural do município. Quando pensamos de maneira ampla, somando até a população urbana, Moreira Sales/PR não suportaria subsidiar 37 escolas rurais, mais quatro instituições urbanas, totalizando 41. Não há demanda e nem verbas para isso e a discussão aqui estabelecida não se refere à relevância que as instituições possuem, mas à viabilidade de funcionamento de acordo com a realidade municipal.

Portanto, concluímos que a presente produção e investigação pode contribuir com a ampliação de discussões e debates em âmbito local e acadêmico, enfatizando alguns pontos: viabilizar a educação multisseriada, apesar da dificuldade para o docente, pois garante uma efetivação da educação por meio de sociabilidade dos conteúdos; estabelecer a importância das políticas públicas no campo; promover a reflexão realista sobre as cessações das instituições em zona rural, considerando os aspectos socioculturais, econômicos e demográficos; e, o mais importante, possibilitar uma reflexão ampla sobre o processo educacional no campo e não se limitar em designar qual das educações, seja a Educação Rural ou a Educação do Campo, possui mais validade.

## Referências

ALVES, F. D.; ZANOTTO L. A função social da escola e a educação do campo: uma proposta humanizadora. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 11, n. 22, p. 133-144, jan./abr.

2019. DOI 10.33871/nupem.v11i22.626. Disponível em:  
<https://periodicos.unespar.edu.br/nupem/article/view/5581>. Acesso em: 10 out. 2024.

Andrade, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/ CEB nº 23/2007, de 12 de setembro de 2007**. Consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo. 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pceb023\\_07.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pceb023_07.pdf). Acesso em: 1 set. 2022.

COSTA, M. L.; CABRAL, C. L. O. Da educação rural à educação do campo: uma luta de superação epistemológica/paradigmática. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantinópolis, v. 1, n. 2, p. 177-203, jul./dez 2016. DOI 10.20873/uft.2525-4863.2016v1n2p177. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/2763/9296>. Acesso em: 26 out. 2021.

SILVA, I. M. S.; CECÍLIO, M. A.; HIROSE, K. Políticas públicas e Educação no e do Campo: formação docente. **Publicatio UEPG: Ciências Sociais Aplicadas**, Ponta Grossa, v. 16, n. 2, p. 201-207, 2009. DOI 10.5212/PublicatioHum.v.16i2.201207. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/sociais/article/view/2848>. Acesso em: 5 ago. 2023.

FERREIRA, F. J.; BRANDÃO, E. C. Fechamento de escolas do campo no Brasil e o transporte escolar entre 1990 e 2010: na contramão da educação do campo. **Imagens da Educação**, Maringá, v. 7, n. 2, p. 76-86, 2017. DOI 10.4025/imagenseduc.v7i2.36910. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ImagensEduc/article/view/36910>. Acesso em: 20 set. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População no último censo [2022]**. Moreira Sales, Paraná, 2022.

MST. Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. **Educação MST**. 2011. Disponível em: <https://mst.org.br/educacao/>. Acesso em: 5 ago. 2023.

RODRIGUES, A. C. S. *et al.* Nucleação de escolas no campo: conflitos entre formação e desenraizamento. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 707-728, 2017. DOI 10.1590/2175-623657687. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/gQ3Yj75WDy9cKTRm4dwqjpp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2024.

SANTOS, V. C.; GARCIA, F. M. O fechamento de escolas do campo no Brasil: da totalidade social a materialização das diretrizes neoliberais. **Kiri-kerê: Pesquisa em Ensino**, São Mateus, v. 1, n. 4, p. 264-289, out. 2020. DOI 10.47456/krkr.v1i4.31790. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/kirikere/article/view/31790/21771>. Acesso em: 5 maio 2022.

Submetido em 29 de junho de 2024.

Aprovado em 20 de julho de 2024.